

Governo não aceita mudar Orçamento

Se Congresso alterar proposta original lei deixará de ser sancionada

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

A decisão dos deputados e senadores de mexer nos números do Orçamento da União para 1989 poderá provocar reação negativa de parte do Governo, levando o presidente José Sarney a não sancionar a lei orçamentária, causando uma situação de descontrolo das finanças públicas no próximo ano. Esta hipótese está sendo discutida pelo Palácio do Planalto e pelos ministros da área econômica, onde é visível a irritação diante da posição dos membros da Comissão de Orçamento do Congresso de alterar a proposta original.

A primeira reação do presidente José Sarney e dos ministros João Batista de Abreu, da Sepplan, e Mailson da Nóbrega, da Fazenda, foi manifestada quando os presidentes e relatores da Comissão de Orçamento do Congresso, Cid Carvalho e senador Almyr Gabriel, e o deputado Cesar Maia, deixaram claro o interesse dos congressistas de fixar no texto do orçamento as coisas a que tinham direito,

para distribuição entre entidades filantrópicas. Outra disposição da Comissão que desagrada o Governo é a ameaça de desmonte da Operação Desmonte. Além de reforçar sua assessoria parlamentar, o Palácio do Planalto examina agora a possibilidade de não aceitar as alterações e, em consequência, o orçamento voltaria ao Congresso, que teria a responsabilidade de promulgar a nova lei.

GOULART

Idêntica situação ocorreu em 1963, quando o então presidente João Goulart negou-se a sancionar a lei orçamentária, que foi totalmente alterada pelos congressistas. A consequência disso foi a desarticulação do programa do Governo, cuja única alternativa foi emitir moeda, aumentando, assim, a taxa de inflação. No caso atual, os assessores da Presidência da República alegam que, alterando o texto preparado pela área econômica, o Congresso tornará inviável o programa do presidente José Sarney de organizar a economia e, principalmente, reduzir o déficit público.

Com o argumento de que 1989 é o último ano de Governo do presidente José Sarney, o que significa também a elaboração do último orçamento (o de 1990, quando transferir o poder, deverá ser montado com orientação da nova equipe), os assessores presidenciais observam que as alterações anunciadas pelos congressistas provocarão uma situação de ingovernabilidade do País, com a continuidade de uma inflação elevada e o recrudescimento da recessão econômica.

Ainda nesta semana, emissários do Palácio do Planalto vão procurar o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com um único objetivo: negociar os pontos da proposta orçamentária que consideram passíveis de alteração, como o limite de amortização da dívida externa dos Estados, cuja rolagem foi fixada em 75%. Os governadores não estão aceitando este limite e o Palácio do Planalto, antes irredutível em sua posição, agora já admite conversar sobre o assunto.